



ACÓRDÃO Nº202/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11474/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Planejamento Urbano – IMPLURB.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Antônio Roberto Moita Machado (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Andre Oliveira Cabral – OAB/AM 9980.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2883/2020-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Planejamento Urbano - IMPLURB. Exercício de 2016.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual do Instituto de Planejamento Urbano - IMPLURB, referente ao exercício de 2016 (U.G: 560201), de responsabilidade do **Sr. Antônio Roberto Moita Machado**, Diretor- Presidente do Instituto de Planejamento Urbano - IMPLURB e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.2. Dar quitação ao **Sr. Antônio Roberto Moita Machado**, Diretor- Presidente do Instituto de Planejamento Urbano - IMPLURB e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 - RITCE.



ACÓRDÃO Nº202/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

- 10.3.1.** Ausência de esclarecimentos quanto ao desembolso a detentores de cargo em comissão, haja vista que esses servidores, dada a natureza de seu vínculo, já estão submetidos a regime de integral dedicação;
- 10.3.2.** Existência de 03 (três) valores distintos para a mesma rubrica, contrariando os artigos 83, 85, 89 e 94 a 96 da Lei 4.320/1964;
- 10.3.3.** Pagamento de multas e juros, incidentes sobre o recolhimento do INSS, contrariando o artigo 4º da Lei 4.320/1964;
- 10.3.4.** Divergência entre o Balanço Patrimonial x Inventário Físico Financeiro, contrariando os artigos 83, 85, 89 e 94 a 96 da Lei 4.320/1964;
- 10.3.5.** Ausência de justificativas quanto à adoção de Termo Aditivo, haja vista a ausência de previsão legal para realizá-lo, bem como esclarecer a adoção de regime emergencial, pois a o estado de emergência e caracterizado por uma situação imprevisível, que exige um atendimento imediato, e não uma ausência de planejamento e de gestão administrativa;
- 10.3.6.** Ausência de justificativas com a apresentação de Memoriais de Cálculo de Quantitativos, a metodologia adotada no cômputo do número de horas/homem-mês bem como o dimensionamento da quantidade de profissionais para desempenhar os serviços Inspeção e fiscalização de obras, conforme artigo 6º, inciso IX, alínea "c" c/c o artigo 7º, e artigo 40, § 2º, incisos I e IV da Lei nº. 8666/1993;
- 10.3.7.** Ausência de Termo de Referência/Projeto Básico necessário para a especificação adequada referente aos serviços que os profissionais técnicos deveriam desenvolver, justificando e evidenciando de forma cabal a quantidade de profissionais levantados e dimensionados em planilha orçamentária, bem como o resultado esperado destes profissionais junto à execução do serviço a ser contratado Justificar, ainda a ausência dos critérios específicos na peça técnica para entrega dos projetos à Administração (art. 6º, IX, "b" e "c" e art. 40, § 2º, IV da Lei 8666/93);
- 10.3.8.** Ausência da relação de todos os profissionais da Equipe técnica de Nível Superior e Técnico responsáveis pela



ACÓRDÃO Nº202/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Elaboração do Projeto Executivo dos serviços de inspeção e Fiscalização de Obras com a cópia das Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (SEFIP) e Informações à Previdência Social (GFIP);

10.3.9. Ausência de Memoriais de Cálculo de Quantitativos, conforme artigo 6º, inciso IX, alínea "c" c/c o artigo 7º, § 4º, e artigo 40, § 2º, I e IV da Lei nº 8666/1993;

10.3.10. Ausência de Procedimento Licitatório para a contratação dos serviços de Inspeção e Fiscalização de Obras, de acordo com o artigo 2º e 3º da Lei nº 8666/1993.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

Vencido o voto-destaque do Conselheiro convocado Luiz Henrique Pereira Mendes que votou pela irregularidade da prestação contas, com aplicação de multas, considerar em alcance seguido de representação ao Ministério Público e ciência ao interessado.

11- Ata: 8ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 15 de Março de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral